

Um pacote de R\$ 2,4 bilhões

Governo corta R\$ 1,2 bilhão em investimentos e aumenta imposto de empresas

Catia Seabra e Maria Luiza Abbott

BRASÍLIA

Para compensar a perda de R\$ 2,4 bilhões com o fim da contribuição previdenciária dos servidores inativos, o Governo anunciou ontem cortes de R\$ 1,2 bilhão no Orçamento do ano que vem e a edição de uma medida provisória (MP) acabando com a dedução de parte do que as empresas abatem de Cofins no pagamento da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL), cuja alíquota baixará de 12% para 9%. A medida garantirá, segundo o Governo, receita adicional de R\$ 1,2 bilhão.

Além disso, o pacote inclui medidas provisórias tributando operações no mercado financeiro e prevendo: taxa de 15% de Imposto de Renda sobre as remessas de recursos para pagamento de juros devidos em empréstimo tomado no exterior; igualdade na tributação de investimentos que vierem de paraísos fiscais à que é cobrada de investidores brasileiros; aumento gradual do imposto de renda das operações com ações até que a alíquota chegue a 20%, a mesma cobrada das operações de renda fixa; e tributação com IR na fonte das operações day trade (de um dia) no mercado financeiro.

Ao anunciar o pacote, de manhã, o ministro da Fazenda, Pedro Malan, disse que os cortes e as medidas de tributação serão revogados assim que o Congresso aprovar a emenda constitucional que permite a cobrança previdenciária dos inativos, proibida pelo Supremo Tribunal Federal (STF) há uma semana. Segundo o ministro do Planejamento, Martus Tavares, o Governo pretende negociar o envio desta emenda nos próximos dias.

— Vamos atuar em conjunto com estados e Congresso para propor a emenda que permita a cobrança dos servidores inativos — disse Malan.

Medidas contra a evasão fiscal

• Será encaminhado também um projeto de lei complementar ao Congresso mudando o código tributário para reduzir brechas que permitem evasão e fuga da tributação. Se aprovado, o prazo de vigência das decisões liminares da Justiça nos processos de tributação será limitado a um ano.

Sem a redução da alíquota da CSLL, o Governo teria um ganho de receita de R\$ 3,6 bilhões, mas a equipe econômica optou por cortar para evitar aumento pesado de carga tributária sobre as empresas, já que a Cofins incide sobre o faturamento, sendo devida mesmo que haja prejuízo.

Para sensibilizar a base governista, que terá de aprovar as medidas, o Governo decidiu enviar ao Congresso projeto de lei complementar e uma medida provisória que contemplam as propostas defendidas pelo presidente do PMDB, Jader Barbalho (PA), na reunião de segunda-feira passada com o presidente Fernando Henrique. Idealizados pelo secretário da Receita, Everardo Maciel, o projeto e a medida prevêem normas de combate à sonegação e à elisão (uso da lei para driblar o Leão) fiscal.

A estratégia de Malan, que fez questão de elogiar o Congresso ao anunciar o pacote, não funcionou muito. Irritado, o presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), sequer comentou as medidas.

Ao saber que o presidente nacional do PFL, Jorge Bornhausen (SC), tinha feito duras críticas à decisão do Governo, condenando especialmente a opção pelos cortes, Antônio Carlos limitou-se a dizer:

— Se Bornhausen falou, está falando.

Como Jader herdou a paternidade dessas propostas, o anúncio acabou irritando os demais aliados. Tucanos e pefelistas alegam que Jader só assumiu o papel de pai do pacote porque foi o primeiro a falar na reunião de segunda-feira. Além disso, o anúncio de cortes — R\$ 1,2 bilhão dos R\$ 7,5 bilhões destinados a investimentos — causou protestos suprapartidários. ■



PEDRO MALAN: corte de R\$ 1,2 bilhão no Orçamento para compensar a perda da contribuição dos aposentados

Gustavo Miranda